



01 DE AGOSTO DE 2017

Terça-feira

- ROTA GLOBAL, PROGRAMA GRATUITO PARA APOIAR ATUAÇÃO INTERNACIONAL DE EMPRESAS, ESTÁ COM INSCRIÇÕES ABERTAS
- BRASIL QUER SE INTEGRAR A AÇÕES DE COOPERAÇÃO DA UNIDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA NACIONAL
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL TEM O MELHOR 1º SEMESTRE EM 4 ANOS, DIZ IBGE
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL FICA ESTÁVEL EM JUNHO ANTE MAIO, REVELA IBGE
- INDÚSTRIA DO BRASIL DESACELERA EM JULHO, MOSTRA PMI
- INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL ACREDITA EM RECUPERAÇÃO IMEDIATA DOS POSTOS DE TRABALHO
- INVESTIDOR RECEBE COM CAUTELA RETORNO DAS EMPRESAS À BOLSA
- PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS PARA EMPRESAS E PESSOAS QUE OPTAREM PELO PERT
- INADIMPLÊNCIA DAS EMPRESAS DIMINUI 1,5% NO ACUMULADO EM UM ANO
- CONFIANÇA EMPRESARIAL SOBE 0,6 PONTO EM JULHO, APURA FGV
- ARTIGO: HÁ COISAS MAIS IMPORTANTES NA ATUAÇÃO EMPRESARIAL DO QUE O LUCRO LÍQUIDO
- REINO UNIDO QUER REFORÇAR RELAÇÃO COMERCIAL COM O BRASIL, DIZ MINISTRO
- REINO UNIDO APOIA PEDIDO DO BRASIL PARA INTEGRAR OCDE, DIZ MINISTRO
- MEIRELLES: PAÍS ESTÁ CRIADO REGRAS QUE VIABILIZAM INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA
- PROTESTO DE CAMINHONEIROS BLOQUEIA RODOVIA EM SC; NO PARANÁ NÃO HÁ MANIFESTAÇÕES
- CAMINHONEIROS PROMETEM PARAR RODOVIAS NESTA TERÇA-FEIRA
- PARA PADILHA, GOVERNO SÓ CONSEGUE VOTAR REFORMAS ATÉ 31 DE MARÇO
- MEIRELLES ANALISA MUDAR META FISCAL EM NOME DA APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- MEIRELLES CRÊ EM APROVAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA COM ITENS MAIS IMPORTANTES

- SETOR ELÉTRICO: MME CONFIRMA PRORROGAÇÃO DE CONSULTA PÚBLICA SOBRE MARCO ATÉ 17/8
- CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL SOBE 1,1% EM JUNHO, DIZ EPE
- EPE E ONS REDUZEM PROJEÇÃO DE CARGA DE ENERGIA PARA 2017
- SERASA: MAIORIA DO SETOR ATACADISTA ESPERA CRESCIMENTO REAL EM 2017
- MERCADO VÊ SELIC ABAIXO DE 8% EM 2017. COMO INVESTIR NESTE CENÁRIO?
- ATA DO COPOM
- DESINFLAÇÃO É DIFUNDIDA INCLUSIVE NOS COMPONENTES DE SERVIÇOS, DIZ ATA DO COPOM
- REFORMAS SÃO FUNDAMENTAIS PARA ESTABILIZAÇÃO E RETOMADA DA ATIVIDADE, DIZ ATA
- GOVERNO PEDE MAIS TEMPO PARA SANAR DÚVIDAS SOBRE IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE ETANOL
- COM AUMENTO DE IMPOSTOS, GASOLINA TEM ALTA RECORDE NO PAÍS, DIZ ANP
- COBRE OPERA EM BAIXA, APÓS SEQUÊNCIA POSITIVA
- CADE APROVA SEM RESTRICÇÕES AQUISIÇÃO DA CSA PELA TERNIUM
- SEM VOLKSWAGEN, KEIPER REDUZ PRODUÇÃO NO BRASIL
- CUMMINS FORNECE À JACTO MOTOR DE NOVA ADUBADORA
- NISSAN FAZ RECALL DE 145,9 MIL VEÍCULOS NO BRASIL
- LEAR TERÁ NOVA FÁBRICA DE CHICOTES ELÉTRICOS NA ARGENTINA
- MAGNETI MARELLI PASSA A FORNECER PARTIDA A FRIO À MITSUBISHI

CÂMBIO		
EM 01/08/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,113	3,114
Euro	3,673	3,674

Fonte: BACEN

Rota Global, programa gratuito para apoiar atuação internacional de empresas, está com inscrições abertas

01/08/2017 – Fonte: CNI

Iniciativa da CNI, desenvolvida com recursos da AL-Invest, da União Europeia, o Rota Global ajudará centenas de indústrias a iniciar ou fortalecer operações internacionais. Prazo para inscrição é até 15 de setembro

O Rota Global está disponível em 18 estados e não há limite de inscrições



Estão abertas as inscrições para o Rota Global, que oferecerá consultoria gratuita para empresas consolidarem ou comecem a atuar no comércio internacional. Até o dia 15 de setembro, negócios de todos os portes e setores podem se inscrever no site do programa para participar da primeira fase, que consiste em um questionário online de avaliação da maturidade de internacionalização da empresa.

O Rota Global é uma iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em parceria a União Industrial Argentina (UIA) e o Parque Tecnológico de Extremadura (Fundecyt-PCTEX), na Espanha, e tem o apoio do Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC).

O Rota Global é executado pela Rede de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN), presente em todas as federações estaduais de indústrias, e será financiado com R\$ 1,2 milhão obtido junto à AL-Invest, programa da Comissão Europeia de fomento à competitividade de micro, pequenas e médias empresas da América Latina. A meta da primeira etapa é avaliar a capacidade de atuação internacional de pelo menos 500 indústrias (não há limite de inscritos). Todos os candidatos receberão um relatório que identifica pontos fortes e desafios para a inserção internacional.

Inicialmente, o Rota Global estará disponível em 18 estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

Podem participar empresas de todos os portes e setores industriais, com níveis diferentes de experiência no exterior. Por se tratar de um programa internacional, empresas da Argentina e da Espanha também serão atendidas pelas instituições parceiras nesses países.

SEGUNDA ETAPA - A partir do processo de avaliação, o Rota Global selecionará 200 empresas para a próxima fase, que vai até abril de 2018. Neste período, as indústrias receberão consultoria personalizada e gratuita para construir o plano de negócios de apoio à internacionalização ou consolidação da empresa no mercado externo. O objetivo é promover melhorias concretas na operação internacional em pelo menos 100 delas até junho do ano que vem.

De acordo com o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, o programa é uma grande oportunidade para a indústria brasileira ampliar a participação no mercado internacional, sobretudo pequenas e médias empresas. "O Rota Global vai considerar a realidade de cada empresa no desenho de estratégia que dê chances reais

de inserção no mercado internacional. Além disso, é uma consultoria especializada gratuita", afirma.

RECURSOS EUROPEUS – O AL-Invest é um Programa da Comissão Europeia para fomentar a produtividade e a competitividade de MPMEs, na América Latina como forma de combater a pobreza e a desigualdade social. Na segunda convocatória da quinta edição, foram disponibilizados 4,9 milhões de euros para financiar projetos na região.

PARTICIPE

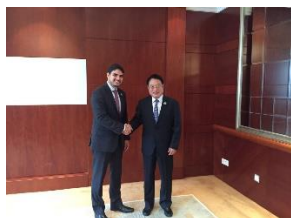
Para participar do Rota Global, basta acessar o [site do programa](#).

TEM DÚVIDAS?

Procure o Centro Internacional de Negócios na Federação das Indústrias do seu estado.

Brasil quer se integrar a ações de cooperação da Unido para o desenvolvimento da indústria nacional

01/08/2017 – Fonte: MDIC



Na China, secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do MDIC, Igor Calvet, reuniu-se com o diretor-geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido, na sigla em inglês), Li Yong

Durante a segunda Reunião de Ministros de Indústrias dos BRICs, realizada na cidade de Hangzhou, na China, na última sexta-feira (28), o Brasil reafirmou o interesse em se integrar às ações lideradas pela Unido (que em português é: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial) – braço da ONU voltado para o desenvolvimento industrial, focado na redução da pobreza, na globalização inclusiva, e na sustentabilidade ambiental.

No evento, o secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, Igor Calvet, representou o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), e reafirmou ao diretor-geral da Unido, Li Yong, que o Brasil tem interesse em iniciar tratativas para fazer parte do "Programme for Country Partnership", iniciativa da Agência, ainda sem tradução para o português, que tem sido desenvolvida no Peru.

Desde 2015, a Unido e o governo peruano vêm trabalhando, por meio de cooperação técnica, para incentivar o desenvolvimento de uma indústria mais moderna, competitiva e inclusiva.

O PCP, como é chamado o programa, busca gerar investimentos, promover suporte técnico e mobilizar fundos de investimento para o desenvolvimento industrial dos países parceiros. No Peru, a iniciativa é focada em quatro áreas: qualidade e inovação; cadeias de valor e desenvolvimento empreendedor; áreas industriais sustentáveis; e energia renovável e eficiência energética.

Igor Calvet aproveitou a agenda com Li Yong para apresentar as principais iniciativas brasileiras para alavancar a indústria nacional, em especial, as ações com foco na capacitação profissional. Calvet deu ênfase à criação do GT para desenvolvimento da Indústria 4.0 e ao Programa Brasil+Produtivo, cujo foco é o aumento da produtividade e competitividade do setor produtivo brasileiro.

O Programa, que já conta com a adesão de empresas de todos os estados brasileiros, conta com resultado de ganhos de até 50% na produtividade das participantes.

O Secretário reiterou que uma parceria com a Unido seria muito estratégica para a agenda de desenvolvimento industrial brasileira. “É muito importante para nós que a Unido conheça nossas iniciativas e saiba que temos todo o interesse em participar das ações do PCP no Brasil”, disse. Para o diretor-geral da Unido, Li Yong, um acordo de cooperação técnica com o Brasil nessa área seria muito importante.

Unido na América Latina

A Unido é a agência especializada das Nações Unidas criada para promover o desenvolvimento industrial com foco na redução de pobreza, globalização inclusiva e a sustentabilidade ambiental.

A instituição iniciou, em dezembro de 2015, sua atuação na América Latina, por meio de um projeto-piloto desenvolvido em parceria com o governo do Peru. Uma parceria com a Colômbia está sendo estudada. A Unido também desenvolve esse tipo de projeto na Etiópia e no Senegal.

Produção industrial tem o melhor 1º semestre em 4 anos, diz IBGE

01/08/2017 – Fonte: G1

Em junho, atividade do setor ficou estável, mas subiu 0,5% nos seis primeiros meses do ano, o melhor resultado desde 2013.

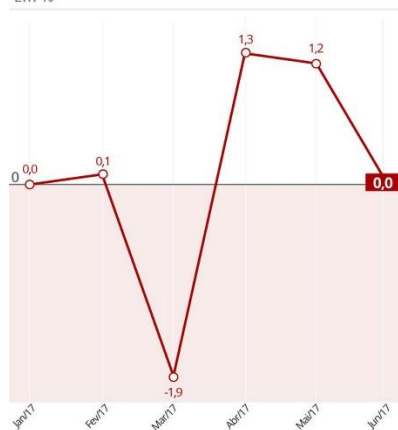
Após dois meses seguidos de alta, a produção da indústria brasileira ficou estável em junho ante o mês anterior, com variação nula (0,0%) na série sem influência sazonal, mostram dados divulgados nesta terça-feira (1º) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE](#)).

Nos seis primeiros meses do ano, porém, o setor acumulou alta de 0,5%. Foi o melhor fechamento do semestre desde 2013, quando a variação acumulada no ano ficou em 3%.

“Quando a gente vê os resultados mais recentes, se observa uma melhora no comportamento da indústria. Mas isso está longe de apontar uma trajetória consistente de crescimento do setor industrial”, enfatizou o gerente da coordenação de indústria do IBGE, André Macedo.

Produção industrial mensal

Em %



FONTE: IBGE



Infográfico elaborado em: 01/08/2017

(Foto: Arte/G1)

O economista do IBGE ponderou que apesar do resultado do semestre ser positivo, ele tem como base de comparação o resultado negativo de 8,8% do primeiro semestre

do ano passado. "Vale lembrar que este é o primeiro semestre positivo depois de seis semestres seguidos de quedas consecutivas".

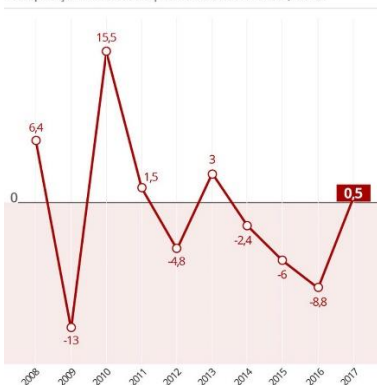
Segundo ele, a produção industrial está 18,2% abaixo do pico histórico da produção industrial, alcançado em junho de 2013.

Produção industrial está 18,2% abaixo do pico histórico da produção industrial, alcançado em junho de 2013

Em relação a junho do ano passado, a atividade do setor também avançou 0,5% (com ajuste sazonal). Foi a segunda alta seguida nesta base de comparação. Ainda assim, essa expansão foi bem menos intensa que o avanço de 4,1% em maio.

Produção industrial no 1º semestre

Comparação com mesmo período do ano anterior, em %



FONTE: IBGE



Infográfico elaborado em: 01/08/2017

Acumulado em 12 meses

A taxa acumulada nos últimos 12 meses recuou 1,9% até junho. Apesar do resultado negativo, foi um ritmo de queda menor que o iniciado em junho de 2016, quando a produção caiu 9,7%, de acordo com o IBGE.

Foi também o melhor resultado em três anos nesta base de comparação. Em junho de 2014, o indicador mostrava queda de 0,5%. Segundo o IBGE, a última vez que a variação acumulada em 12 meses ficou positiva foi em 2013, quando a taxa ficou em 1,5%.

O pesquisador do IBGE destacou que, ao se observar o acumulado em 12 meses, há 16 atividades com recuo e nove em crescimento. "Esta é a melhor situação desde junho de 2014", afirmou Macedo. Ele ponderou que, embora a indústria brasileira "tenha mostrado um comportamento de maior intensidade no seu ritmo de produção, ela ainda tem um bom espaço a percorrer para recuperar as perdas".

Destaques de alta e baixa em junho

Em junho, predominaram os resultados negativos, com 12 dos 24 ramos pesquisados em queda. Macedo destacou que a maior influência negativa na produção foi puxada pela categoria de bens duráveis. "Esse grupamento assim como o setor industrial vinha com dois meses de resultados positivos consecutivos", lembrou.

Segundo Macedo, o resultado da produção de bens duráveis sofreu pressão negativa sobretudo da produção de automóveis e dos eletrodomésticos da linha marrom.

As principais influências negativas vieram de veículos automotores, reboques e carrocerias (-3,9%), produtos farmacêuticos e farmoquímicos (-9,2%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (-1,7%).

Na comparação com junho de 2016, no entanto, bens de consumo duráveis apresentou crescimento de 5%. "Foi o oitavo resultado positivo seguido nesta base de comparação", destacou o economista do IBGE.

Na outra ponta, entre os nove ramos que ampliaram a produção em junho, o melhor desempenho para a média do índice veio de produtos alimentícios (4,5%), a segunda alta seguida, acumulando expansão de 7,8%. Outros destaques vieram de indústrias extrativas (1,3%), de máquinas e equipamentos (2,0%) e de bebidas (1,7%).

Segundo André Macedo, o que explica a expansão da produção de alimentos foi o maior direcionamento da safra de cana de açúcar para a produção de açúcar.

O índice de difusão, que representa o percentual de crescimento na amostra da pesquisa, recuou de 59,4% em maio para 46,1%. "Em maio, este indicador havia registrado o melhor resultado desde abril de 2013, quando ficou em 66,7%", apontou Macedo.

Revisão dos dados de maio

O IBGE revisou os dados da produção industrial de maio. O setor cresceu 1,2% naquele mês, ao contrário da expansão de 0,8% informada anteriormente pelo instituto. A revisão foi feita com base na atualização das informações prestadas pelos próprios informantes da pesquisa.

Produção industrial fica estável em junho ante maio, revela IBGE

01/08/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

A produção industrial ficou estável em junho ante maio, na série com ajuste sazonal, divulgou na manhã desta terça-feira, dia 1º, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado veio dentro do intervalo das expectativas dos analistas ouvidos pelo **Projeções Broadcast**, que esperavam desde uma queda de 0,9% a uma expansão de 0,4%, com mediana negativa de 0,3%.

Em relação a junho de 2016, a produção subiu 0,95%, melhor do que a mediana negativa de 0,20% projetada, mas dentro do intervalo das estimativas, de um recuo de 2,33% a aumento de 1,30%.

No ano, a indústria contabiliza avanço de 0,5%. Já no acumulado em 12 meses, a produção da industrial acumula queda de 1,9%.

A produção da indústria de bens de capital subiu 0,3% em junho ante maio. Na comparação com junho de 2016, o indicador mostrou avanço também de 0,3%. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF).

No ano, houve crescimento de 2,9% na produção de bens de capital, segundo o IBGE. No acumulado em 12 meses, a taxa ficou positiva em 1,0%.

Em relação aos bens de consumo, a pesquisa registrou queda de 1,1% na passagem de maio para junho. Na comparação com junho de 2016, houve redução de 0,6%. No ano, a produção de bens de consumo subiu 0,9%. No acumulado em 12 meses, entretanto, houve redução de 2,1%.

Na categoria de bens de consumo duráveis, o mês de junho foi de queda de 6,0% ante maio, mas alta de 5,0% em relação a junho de 2016. Entre os semiduráveis e os não duráveis, houve redução na produção de 0,5% em junho ante maio, e queda de 1,8% na comparação com junho do ano passado.

Para os bens intermediários, o IBGE informou que o indicador teve ligeira alta de 0,1% em junho ante maio. Em relação a junho do ano passado, houve aumento de 0,9%. No ano, os bens intermediários acumularam queda de 0,1%. Em 12 meses, houve redução de 2,1% na produção. O índice de Média Móvel Trimestral da indústria apontou avanço de 0,8% em junho.

Indústria do Brasil desacelera em julho, mostra PMI

01/08/2017 – Fonte: Reuters

O crescimento da indústria brasileira desacelerou em julho diante do menor volume de produção e de novos negócios, segundo a pesquisa Índice Gerente de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgada nesta terça-feira, para o nível mais fraco desde março.

NO mês passado, o PMI do setor apurado pelo IHS Markit foi de 50, nível indicativo de ausência de mudanças no setor e que separa contração de expansão. Em junho, o indicador havia sido de 50,5 na leitura.

O volume de produção avançou pelo quinto mês consecutivo por causa da entrada de novos trabalhos em julho, segundo o PMI, mas a taxa de crescimento foi a mais fraca desde abril.

No período, o volume de novos pedidos --maior subcomponente do PMI-- também desacelerou e igualou-se ao ponto mais lento na atual sequência de cinco meses de crescimento. A pesquisa apurou queda apenas em bens de consumo e aumento no volume de bens intermediários e de investimentos.

"A principal mensagem da última pesquisa do PMI é que o setor industrial no Brasil ainda está enfrentando obstáculos", afirmou a economista-sênior do IHS Markit, Pollyanna De Lima, em nota.

Apesar de o volume de novos pedidos ter mostrado fraqueza, houve avanço nos pedidos de exportação, para o ritmo mais rápido desde abril de 2016, com destaque para a categoria de bens de capital.

"Uma área de força foi o desempenho das empresas brasileiras nos mercados internacionais, com os dados de julho indicando a maior recuperação da demanda externa desde abril de 2016", afirmou Pollyanna.

O PMI também apurou que a quantidade de trabalhadores no setor continuou recuando em julho diante da necessidade dos empresários em reduzir custos. Ao todo, a indústria brasileira já soma 29 meses de corte de funcionários.

O levantamento de julho ainda capturou queda nos preços cobrados pelos fabricantes brasileiros, interrompendo sequência de 36 meses de aumento nos preços de venda. A queda da taxa foi a mais intensa desde o fim de 2009.

Também no mês passado, a confiança da indústria brasileira avançou diante da melhora das percepções dos empresários tanto da situação atual como das expectativas para o setor, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV).

O movimento, no entanto, devolveu apenas parte da queda registrada em junho, em meio à intensa crise política que envolve o governo do presidente Michel Temer.

Indústria da Construção Civil acredita em recuperação imediata dos postos de trabalho

01/08/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Com a retomada dos investimentos, geração de empregos, diretos e indiretos, deve ser ampliada

"A redução da Selic é uma notícia boa, precisamos alavancar o setor como um todo", diz o presidente do Crea-PR, Joel Krüger, Arquivo/Gazeta do Povo

Na última semana, o Banco Central baixou a taxa básica de juros para 9,25% ao ano - o menor índice desde 2013. A redução reforça a expectativa da indústria da Construção Civil, que acredita que a queda progressiva da Selic vai impulsionar os investimentos em reformas e novos empreendimentos, incentivando a retomada do crescimento do país.



Caso o cenário positivo se concretize, especialistas garantem que a recuperação dos postos de trabalho será imediata, fazendo com o que o setor volte a ser um dos maiores geradores de emprego e renda.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa geral de desemprego apresentou pequena queda de acordo com último balanço apresentado. O índice chegou a 13,3% em maio, enquanto em abril era de 13,6%.

Já no setor da Construção Civil nunca se contratou tão pouco no país desde 2012, conforme dados do IBGE disponibilizados pela Câmara Brasileira da Construção Civil (CBIC). Em média, entre janeiro e março dos últimos cinco anos, 7,5 milhões empregos formais e informais eram gerados pelo setor. Este ano, foram 6,8 milhões segundo a pesquisa – queda de 9,8% nas contratações.

“Se uma obra termina e outra não é iniciada, é um engenheiro a menos no mercado de trabalho. E toda a equipe que está envolvida naquele projeto acaba sofrendo com o desemprego. Apesar do país como um todo, mesmo que de maneira tímida, ter recuperado alguns postos de trabalho, a engenharia continua reduzindo. Precisamos voltar a crescer ou todo mundo perde. Acredito que a redução da Selic é uma notícia boa, precisamos alavancar o setor como um todo”, defendeu o presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná (Crea-PR), Joel Krüger, durante o terceiro capítulo da websérie “Uma NOVA Engenharia, para um NOVO Brasil”.

O programa foi transmitido dia 24 de julho, pelo Facebook da Gazeta do Povo, e contou com a participação do presidente da CBIC, José Carlos Martins. Segundo ele, a queda da Selic vai impulsionar a transferência dos recursos de ativos financeiros para ativos reais, como imóveis novos, reformas, ampliações e obras de infraestrutura.

A mudança do mercado deve influenciar rapidamente a criação de postos de trabalho, porque a cadeia produtiva é horizontalizada e reage rapidamente às movimentações econômicas. “Desde o momento que tiramos a areia da natureza até entregarmos a chave para o comprador, são poucos passos. Então damos uma resposta rápida em termos de emprego”, completou Martins.

Na análise de Krüger, o mercado da construção civil aquecido vai refletir de forma positiva em outros setores, como na indústria de bens de consumo duráveis. “Isso porque é preciso mobiliar essas novas unidades, e em consequência disso vem a compra da geladeira, do fogão e de todos os outros móveis”, destacou o presidente do Crea-PR.

“Quando analiso um imóvel ao longo de sua vida útil, de 50 anos, 14% é o custo dele. Outros 36% são os custos de água, luz, de cortina, de estofado, de geladeira, de sofá. Ao longo do tempo se incorpora tanta coisa ao imóvel que gera um resultado na economia enorme”, emendou Martins.

Mercado Imobiliário

Segundo o presidente da CBIC, estamos vivendo o momento ideal para compra da casa própria, porque, segundo ele, para recuperar os investimentos feitos nos empreendimentos, as incorporadoras reduziram os valores dos imóveis.

"Mas os estoques estão diminuindo. Os lançamentos hoje, correspondem a metade do número de venda. Então não acredito que o valor real caia mais do que já caiu. Agora o mercado vai começar a recuperar a inflação, mas também não acredito em uma explosão de preços", garantiu Martins.

Assista novamente

O debate completo sobre a indústria da construção civil está disponível aqui mesmo na página do Crea-PR na Gazeta do Povo. Além do mercado imobiliário, da geração de empregos e da retomada dos investimentos, outros assuntos estiveram em pauta, como o impacto da Reforma Trabalhista no setor.

Todo o conteúdo do projeto "Uma NOVA Engenharia, para um NOVO Brasil" também pode ser acompanhado pelas mídias sociais da entidade (Facebook, Twitter e Instagram). O próximo programa da websérie será transmitido pelo Facebook da Gazeta do Povo em 07 de agosto e terá como tema "StartUps: os novos motores da engenharia".

Investidor recebe com cautela retorno das empresas à Bolsa

01/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Abilio Diniz em estreia do Carrefour na Bolsa

O investidor encara com cautela e pouco apetite a risco a volta das empresas à Bolsa de Valores de São Paulo, após três anos de paralisia.

Neste ano, sete companhias lançaram ações na B3 (antiga BM&FBovespa), um salto em relação a um único IPO (oferta pública inicial de ações, na sigla em inglês) realizado em 2016. Os anos de 2015 e 2014 também tiveram só uma oferta inicial cada um.

Dessas, cinco saíram perto do piso da faixa de referência de preço ou abaixo dele, ou seja, o intervalo de valores calculado pelos ofertantes foi considerado superestimado pelos investidores.

O momento é de um "otimismo cauteloso, diferente de euforia", segundo Edmar Lopes, presidente do conselho de administração do Ibri (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores). Para ele, a precificação no piso mostra que "o mercado é do comprador, e não do vendedor".

"A confiança está retomando, mas o preço é evidência de que ainda há cautela do investidor. Se ele estivesse eufórico e disposto a pagar qualquer preço, os IPOs sairiam no topo da faixa."

Nesta segunda-feira (31), a resseguradora IRB estreou na B3 com o preço da ação no piso da faixa indicativa e a empresa de energia Omega ficou abaixo do piso.

No mês passado, o varejista Carrefour também concluiu seus IPO no piso da faixa de preço determinada.

Assim como a Omega, a locadora de carros Movida, no início do ano, teve de reduzir o preço dos papéis às vésperas da fixação de preços porque sua estimativa inicial não gerou interesse.

Já a Unidas, também locadora de veículos, e a empresa de tecnologia Tivit preferiram não seguir adiante devido à baixa demanda.

A companhia aérea Azul e a distribuidora de medicamentos Biotoscana estrearam na Bolsa no centro da faixa de preço. A empresa de diagnósticos Hermes Pardini ficou um pouco acima do piso.

O professor de finanças Edgar Abreu, da PUC-RS, diz que, com exceção da Biotoscana, todos os IPOs realizados após a revelação da delação do empresário Joesley Batista — que tornou incerto o futuro do presidente Michel Temer— foram precificados no piso.

"Mais de 50% dos investidores na Bolsa são estrangeiros. A informação de uma delação envolvendo o presidente pesa muito para ele. E há outras empresas na fila para fazer IPO que estão com medo, esperando resolver a incerteza política", diz Abreu.

CUSTO

Outro aspecto dos IPOs recentes é o custo em relação ao valor captado na transação. Estudo da Deloitte aponta que o preço para realizar as três primeiras ofertas públicas de ações do ano até abril (4,9% do valor captado) se equipara ao dos anos de patamares mais altos. O custo da única abertura de capital de 2016 ficou em 3,7%.

Para abrir capital na Bolsa, uma empresa tem de pagar comissões e honorários de advogados, consultores e auditoria externa. O processo é coordenado por instituições financeiras, que geralmente representam os custos individuais mais altos.

Carlos Zanotta, sócio da Deloitte, afirma que o custo sobe quando a empresa entra em compasso de espera para avaliar cenários indefinidos como o que o Brasil enfrenta. Também reflexo do cenário econômico, alguns dos IPOs atuais se diferenciam da onda de 2007 por buscar melhorar a estrutura de capital das empresas reduzindo o endividamento. Há dez anos, na euforia das aberturas de capital, as estreadas na Bolsa queriam recursos para sustentar seus planos de expansão.

"Hoje, com menos crescimento, o investidor quer mais retorno. A empresa que tem menos dívida consegue produzir mais lucro", diz Lopes.

Pontos positivos e negativos para empresas e pessoas que optarem pelo Pert

01/08/2017 – Fonte: Portal Contábil SC

No dia 21 de junho, a Receita Federal do Brasil publicou no *Diário Oficial da União* a regulamentação do Programa Especial de Regularização Tributária, também conhecido por Pert.

Por meio dele, será possível parcelar dívidas de impostos vencidos até 30 de abril último. Em entrevista ao **Portal Dedução**, o advogado e coordenador de Pós-Graduação Tributária do Centro Preparatório Jurídico – CJUR, **Caio Bartine**, enfatiza que o Pert pode contribuir, de forma assertiva para que as empresas recuperem sua saúde financeira, por meio de condições bastante favoráveis para a quitação dos débitos.

Podem entrar no Pert, todas as pessoas físicas e jurídicas com débitos até 30 de abril, inclusive empresas com parcelamento anterior e até em recuperação judicial, bem como aquelas com discussão judicial ou administrativa. Os interessados em ingressar no regime devem apresentar um requerimento até 31 de agosto deste ano.

O novo Refis pode ser visto como solução para as empresas endividadas?

Na verdade, qualquer forma de parcelamento deve ser observado com ressalvas. Posso entender que se trata de uma solução quando nos referimos, principalmente, ao pagamento à vista. Mas isso não quer dizer que as outras formas de parcelamento não sejam interessantes pela redução de multa e dos juros. Mas acho que o empresário deve realizar as contas para verificar se o parcelamento, da forma que foi apresentado, pode ser considerado como solução definitiva ou paliativa de seus problemas tributários.

Quais as principais novidades do Pert?

Creio que as principais novidades giram em torno das modalidades de parcelamento que o empresariado que se encontra em débitos poderá optar, como, por exemplo, o pagamento de, no mínimo, 20% do valor do débito, dividido em cinco parcelas consecutivas e o saldo remanescente mediante utilização de prejuízo fiscal. Para empresas que possuem grande prejuízo fiscal, pode ser uma ótima oportunidade para se ver livre dos débitos com a Receita Federal.

Quais as vantagens deste novo Refis?

Vejo que uma das vantagens, dependendo do montante dos débitos do contribuinte, é o montante de parcelas (180), o que pode gerar certo fôlego ao empresário, bem como a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL para pagamento dos débitos.

Há desvantagens, a seu ver?

Nenhum devedor pode se esquecer de que qualquer adesão a um programa de parcelamento gera a confissão irrevogável de todos os débitos. Neste caso, mesmo que haja equívocos na apuração do montante de juros e de multa, há uma concordância expressa do devedor, interrompendo e suspendendo os prazos prescricionais de contagem de cobrança do crédito tributário. Ademais, levando em consideração a atualização mensal das parcelas pela taxa Selic, mas vantajoso é o pagamento à vista ou em quantidade de parcelas reduzidas, para diminuir ainda mais o montante de juros e multa exigidos.

E o que dizer do prazo de pagamento das dívidas?

De igual modo, o prazo é interessante, desde que o devedor realize as simulações devidas para entender qual o melhor enquadramento. E, a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais (para os empresários que estejam enquadrados legalmente nessa situação) é uma boa solução para pagamento dos débitos.

Se a maioria dos programas de parcelamento de débitos tributários foi amplamente questionada “por servir apenas para sonegadores contumazes renovarem suas certidões negativas”, o mesmo pode ser dito deste, depois de três anos consecutivos de recessão, quando as empresas que nunca tiveram problemas com o fisco estão com problemas para recolher seus impostos em dia?

É óbvio que existem devedores que se utilizam da sonegação como forma de aumento patrimonial para depois se utilizar dos benefícios governamentais para o pagamento extemporâneo. Mas, não posso dizer que tal prática é usual pela maioria dos devedores, mas sim, pela minoria.

Isto porque a possibilidade de enquadramento nos crimes contra a ordem tributária é gigantesca, o montante de juros e de multa, por mais que os programas de parcelamento diminuam substancialmente é alto e o risco de não se obter as certidões devidas para a operação é relevante. Assim, não posso entender que tal prática,

mesmo nos parcelamentos anteriores, poderia ser encarada como mecanismos a serviço de sonegadores.

Da forma como foi publicada, esta MP atende à necessidade das empresas diante do cenário econômico nacional?

Creio que, antes de se atentar a mecanismos paliativos – como nos casos de parcelamento – uma forma de se aumentar a arrecadação e diminuir a sonegação é a diminuição da carga tributária e o melhor emprego dos recursos públicos.

Em países de primeiro mundo, não há reclamação, nem tampouco sonegação de tributos ainda mais altos que o nosso País (beirando 50% ou mais das rendas do cidadão), por uma razão muito simples: a devolução de bens primários ao cidadão (segurança, saúde, educação, transporte etc) é eficaz e eficiente, fazendo com que cada cidadão tenha a absoluta certeza do emprego dos recursos públicos.

Apenas para reflexão: será que o nosso principal problema é ausência de recursos ou ausência de gestão pública?

Em sua opinião, muitas empresas, ao pegarem a certidão negativa, pararão de pagar a dívida?

Se a empresa depende de certidão, sem dúvida alguma tentará honrar com o parcelamento, tendo em vista a possibilidade de exclusão do benefício ante ao não pagamento de três parcelas consecutivas ou seis parcelas alternadas.

Mas sempre haverá devedores que buscarão este artifício. Entretanto, a Secretaria da Receita Federal do Brasil tem se aparelhado cada vez mais na otimização das informações e fiscalização, dificultando ainda mais tais práticas.

Inadimplência das empresas diminui 1,5% no acumulado em um ano

01/08/2017 – Fonte: Bem Paraná

O indicador caiu 2,8% na comparação com o primeiro trimestre do ano

A inadimplência das empresas em todo o país caiu 1,5% na variação acumulada em quatro trimestres (julho de 2016 até junho de 2017 frente aos quatro trimestres antecedentes), de acordo com dados nacionais coletados pela Boa Vista SCPC.

O indicador é um somatório dos principais mecanismos de apontamento de inadimplência empresarial, isto é, cheques devolvidos, títulos protestados e registros de débitos realizados na base do SCPC.

Na análise interanual, contra o mesmo trimestre do ano anterior, a queda foi de 2,5%, acumulando, no semestre, retração de 2,7%, mantida a base de comparação. Já na comparação com o 1º trimestre de 2017 houve queda de 2,8%, considerando os dados dessazonalizados.

Após praticamente três anos de elevações, o fluxo de inadimplência das empresas a partir do 2º trimestre 2016 entrou em desaceleração devido ao movimento de restrição de crédito, por parte dos concedentes, tendo como consequência amenização dos fluxos de inadimplência na análise de longo prazo (acumulados em quatro trimestres).

Para os próximos trimestres espera-se a manutenção dos baixos níveis de inadimplência, uma vez que a retomada da atividade econômica, menor inflação e diminuição dos juros deverão proporcionar um cenário mais favorável para o ambiente empresarial.

Confiança empresarial sobe 0,6 ponto em julho, apura FGV

01/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) avançou 0,6 ponto em julho ante junho, alcançando 84,8 pontos, informou nesta terça-feira, 1º, a Fundação Getulio Vargas (FGV). O resultado recupera parte da perda de 2,0 pontos registrada no mês anterior.

“A perda de confiança decorrente da crise política deflagrada em 17 de maio foi relativamente pequena até agora. As expectativas empresariais tornaram-se menos otimistas, comprovando a sensibilidade aos níveis de incerteza econômica, mas os indicadores que retratam o grau de satisfação das empresas com a situação corrente dos negócios mantiveram a tendência de alta gradual, em linha com a lenta retomada da economia em 2017”, avaliou Aloisio Campelo Junior, superintendente de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O ICE agrega os dados das sondagens da Indústria de Transformação, Serviços, Comércio e Construção. O cálculo leva em conta os pesos proporcionais à participação na economia dos setores investigados, com base em informações extraídas das pesquisas estruturais anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a FGV, o objetivo é que ICE permita uma avaliação mais consistente sobre o ritmo da atividade econômica.

Em julho, a maior contribuição para o aumento da confiança do empresário foi do Índice de Situação Atual (ISA-E), com aumento de 0,7 ponto em relação a junho, para 80,3 pontos. Já o Índice de Expectativas (IE-E) ficou estável, permanecendo em 91,7 pontos.

A distância entre o nível dos indicadores que medem a percepção atual e a perspectiva futura dos empresários continua elevada, mas manteve a tendência de queda, alcançando 11,4 pontos, o menor nível desde outubro de 2016.

A maior diferença entre o ISA e o IE é observada na Construção (20,7 pontos), seguido por Comércio (9,2 pontos), Serviços (8,8 pontos), e Indústria (5,0 pontos).

Houve aumento da confiança empresarial em julho na Indústria, nos Serviços e na Construção, enquanto o Comércio teve queda de 2,3 pontos.

A coleta do Índice de Confiança Empresarial reuniu informações de 5.027 empresas dos quatro setores, durante os dias 3 e 26 de julho.

Artigo: Há coisas mais importantes na atuação empresarial do que o lucro líquido

01/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Gráfico com ações de empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo

A vida ensina tudo. E uma das lições que ela me ensinou e que eu mais valorizo é a de que, para fazer coisas grandes, tem que fazer com os outros. E, para fazer com os outros, é preciso ter um propósito comum.

Mark Zuckerberg, um dos empreendedores mais relevantes deste século, voltou a Harvard neste ano para discursar para turmas de formandos e receber título honorífico da universidade que abandonou para criar o Facebook. E sobre o que Zuckerberg falou? Propósito.

Para ele, hoje não basta que cada um busque o seu propósito na vida, mas que também ajude os outros a descobrir e perseguir seu propósito.

Zuckerberg está certo. A quantidade de informação e desinformação que consumimos, com a ajuda da rede social que ele criou, tem a capacidade tanto de iluminar como de obscurecer os caminhos à nossa frente.

Na difícil situação do Brasil hoje, ter clareza de propósito pode ser uma grande alavanca para o entendimento mútuo e o desenvolvimento geral.

O propósito de uma empresa não deve ser buscar apenas lucro líquido, mas também orgulho líquido do que ela constrói com seus colaboradores nas comunidades em que atua.

O propósito do político e dos politizados não pode ser destruir seu adversário, mas construir uma política melhor para um país melhor.

Sentar na frente de uma tela e disparar torpedos destruidores repletos de ódio e mentiras atende a qual propósito?

Talvez a um propósito imediatista de destruir adversários, desopilar o fígado, ganhar uma eleição.

Mas será que não é possível pensar e promover propósitos mais elevados? Claro que é.

No seu discurso em Harvard, Zuckerberg cita uma bela história sobre o presidente americano John F. Kennedy. Em visita à Nasa, o líder democrata perguntou a um faxineiro que andava com uma vassoura na mão o que ele fazia na agência espacial. Ele respondeu: "Sr. presidente, estou ajudando a levar o homem à Lua".

Nesse longo flá-flu brasileiro, um propósito coletivo básico, talvez o mais básico de todos, é buscar o respeito mútuo e o debate razoável. É pouco para reconstruir uma nação devastada, mas é suficiente para começar a reconstrução.

Os empresários, assim como todos os outros setores da sociedade, precisam participar dessa reação propositada. Muitos já o estão fazendo, cientes de que há coisas mais importantes na atuação empresarial do que o lucro líquido, embora o lucro seja obviamente fundamental para todas as empresas.

A propósito, vale sempre lembrar diálogo extraordinário entre uma freira americana cuidando de leprosos e um milionário empresário americano, que a vendo ali naquela situação afirmou: "Freira, eu não faria isso por dinheiro nenhum no mundo". Ao que ela responde: "Eu também não".

No início desta longa e resistente crise, escrevi aqui neste nobre espaço como era importante que os líderes empresariais olhassem para dentro de suas empresas e as gerissem da forma mais eficiente possível da porteira para dentro, onde podiam atuar com alto impacto, enquanto a crise lá fora se desenrolava longe de sua capacidade de influência.

Muitos fizeram isso, e as empresas estão aí firmes e preparadas para o próximo ciclo de crescimento que começa a aparecer no horizonte.

Mas agora é hora de nós todos atuarmos como cidadãos em busca de propósito tão básico quanto fundamental: o entendimento e o respeito mútuo.

(Nissan Guanaes - Publicitário baiano, é dono do maior grupo publicitário do país, o ABC).

Reino Unido quer reforçar relação comercial com o Brasil, diz ministro

01/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O processo de saída do Reino Unido da União Europeia, o chamado Brexit, não será atrasado. A informação foi dada pelo ministro britânico de Finanças, Philip Hammond. Segundo ele as negociações já estão acontecendo para estabelecer os parâmetros da saída de Londres do grupo de nações europeias.

“Não haverá atraso no processo do Brexit. O relógio está avançando e nós já estamos nesse processo”, disse após reunião com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles. O ministro britânico explicou que as negociações estão focadas especialmente sobre como será a relação entre Londres e Bruxelas após a saída dos britânicos do bloco.

A jornalistas, Hammond explicou que o Reino Unido terá um acordo comercial independente com a União Europeia como “não membro”, assim como o Brasil tem com o bloco europeu.

Enquanto negocia com os sócios europeus a saída do bloco, o ministro britânico disse que o Reino Unido quer reforçar a relação comercial com o Brasil. O ministro deu como exemplo a possibilidade de os britânicos apoiarem a melhora da infraestrutura no Brasil – os britânicos têm grande experiência em parcerias público privadas (PPPs).

Outros setores que podem ser explorados pelos dois países, disse o ministro, são serviços financeiros, como a gestão de recursos e o setor de seguros, além da nova fronteira das chamadas “finanças verdes” – iniciativa para expandir empreendimentos sustentáveis.

Reino Unido apoia pedido do Brasil para integrar OCDE, diz ministro

01/08/2017 – Fonte: Portal Contábil SC



O Brasil conta com o apoio do governo britânico para juntar-se à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo dos países mais industrializados. A afirmação é do ministro das Finanças do Reino Unido, Philip Hammond, que se reuniu ontem, 31, com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

“Acolho o pedido do Brasil de fazer parte da OCDE”, disse Hammond em pronunciamento conjunto com Meirelles. O ministro britânico também anunciou que dispõe de 80 milhões de libras (R\$ 329 milhões) para oferecer ao Brasil em projetos de redução da pobreza.

De acordo com Hammond, o Reino Unido é o quarto maior investidor estrangeiro no Brasil e está interessado em fechar acordos comerciais bilaterais com parceiros tradicionais depois que o país sair da União Europeia.

Esse foi o segundo encontro entre os ministros da área econômica do Brasil e do Reino Unido, que também tratou de investimentos em infraestrutura, serviços financeiros e melhorias do ambiente de negócios. O primeiro encontro bilateral entre Brasil e Reino Unido ocorreu em 2015, em Londres.

O ministro britânico disse apoiar a abertura da economia brasileira e as medidas de reforma microeconômica (para reduzir a burocracia) que, segundo ele, aprimorarão a abertura de negócios no país. Hammond anunciou que o governo britânico está disposto a oferecer linhas de crédito para impulsionar projetos ambientais no país.

Destacando que o Reino Unido é um importante parceiro do Brasil, Meirelles disse que a recuperação da economia brasileira abre espaço para investimentos nas concessões de infraestrutura que serão leiloadas no segundo semestre, como energia, óleo e gás. "Fizemos uma reunião bastante produtiva.

Discutimos uma série de assuntos relevantes não só para economia brasileira mas, particularmente, para relação bilateral", disse o ministro da Fazenda.

De acordo com Meirelles, os dois ministros também discutiram a troca de informações tributárias entre cidadãos brasileiros e britânicos, seguros, resseguros, finanças verdes (linhas de crédito para projetos ambientais) e intercâmbio tecnológico para aprimorar serviços financeiros.

Meirelles: País está criando regras que viabilizam investimento em infraestrutura

01/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que o Brasil está criando regras que viabilizam o investimento privado na infraestrutura. A declaração foi dada depois de reunião com o ministro das Finanças do Reino Unido, Philip Hammond, e empresários do país.

Meirelles citou recentes leilões de aeroportos e energia que trarão investimentos para os próximos 30 anos e disse que novas iniciativas como essas serão realizadas. "Um ambiente econômico mais responsável e previsível é crucial para o crescimento e desenvolvimento econômico", afirmou.

No encontro, o ministro apoiou ainda o pedido do Brasil de se tornar um país membro da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). "Gostamos de saber que contamos com apoio do Reino Unido", disse Meirelles.

De acordo com o ministro, a reunião foi bastante produtiva e discutiu a cooperação bilateral nas áreas de serviços financeiros, infraestrutura, comércio e investimentos. Em 2016, a corrente de comércio entre os dois países chegou a R\$ 16 bilhões.

O ajuste fiscal brasileiro foi discutido nas reuniões, o que, segundo Meirelles, elimina uma grande fonte de instabilidade pela qual o País passou nos últimos anos. Ele afirmou ainda que há uma série de reformas microeconômicas que fazem com que o Brasil continue a crescer no ranking dos países com facilidade de se fazer negócios.

Importância

O ministro Philip Hammond reafirmou o interesse dos britânicos em ampliar o comércio exterior com o País em meio ao processo de saída do país da União Europeia. "O Brasil terá um papel muito importante (em meio ao processo de Brexit), pois queremos aumentar o comércio exterior com o mundo", disse o ministro britânico após reunião com Henrique Meirelles.

Hammond explicou que, diante da decisão do eleitorado britânico de deixar a União Europeia, o Reino Unido busca ampliar o comércio com outros parceiros econômicos. Nessa estratégia, o Brasil é um dos alvos.

O ministro explicou que britânicos e brasileiros têm "relação forte e histórica" e, por isso, o País é um parceiro importante para Londres. Uma das iniciativas para isso é o aumento de cerca de 50% no crédito disponível para a exportação ao Brasil que já soma cerca de 3 bilhões de libras.

Ao lado do colega brasileiro, o ministro britânico disse que o Reino Unido apoia a "agenda de reformas (do Brasil) que é um passo vital para o retorno à prosperidade". "O Brasil é a maior economia da América Latina e é ótimo ver a retomada do crescimento", afirmou. Nesse esforço, Hammond elogiou a iniciativa do Brasil de aderir à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Enquanto o processo de saída da UE não é concluído, o Reino Unido segue membro pleno do grupo europeu.

Por isso, o ministro de Finanças defendeu que o grupo avance com as negociações com o Mercosul. "Enquanto o Reino Unido segue membro da UE, apoiamos fortemente acordo entre a União Europeia e o Mercosul", disse.

Protesto de caminhoneiros bloqueia rodovia em SC; no Paraná não há manifestações

01/08/2017 – Fonte: Tribuna PR



Caminhoneiros bloqueiam parcialmente, na manhã desta terça-feira (1), a BR-116, em Santa Cecília, município de Santa Catarina que fica a pouco mais de 250 quilômetros de Curitiba. O motivo é uma manifestação nacional contra o aumento do preço dos combustíveis. Os caminhoneiros também pedem mais segurança nas estradas e cobram por aposentadoria.

O bloqueio atinge os dois lados da rodovia e reúne aproximadamente 150 manifestantes com seus caminhões. Conforme a Polícia Rodoviária Federal (PRF) de Santa Catarina, o ato começou por volta das 6h, mas veículos de passeio e de emergência estão passando normalmente.

A manifestação é feita no pátio e nos arredores de um posto de combustíveis. O grupo informou à concessionária que administra o trecho que não tem hora para terminar o ato.

No Paraná, não houve ainda registros de manifestações. Conforme a PRF, as rodovias que cortam o Estado seguem normalmente sem nenhum indicativo de paralisação.

Caminhoneiros prometem parar rodovias nesta terça-feira

01/08/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os caminhoneiros se preparam para fechar hoje algumas das principais rodovias do País contra o aumento do PIS/Cofins anunciado há pouco mais de uma semana pelo governo federal.

O movimento está sendo organizado nas redes sociais e em grupos de WhatsApp, afirma o presidente da União Nacional dos Caminhoneiros (Unican), José Araújo Silva, o China. "E, pelo que estamos vendo até agora, é um movimento bastante forte."

Ele explicou que não foi feito um levantamento para saber quantas rodovias serão paralisadas. Mas os profissionais do Acre e do Espírito Santo, por exemplo, já anunciaram que vão fechar as rodovias dos respectivos Estados, diz China.

Na página da entidade sindical na internet, há relatos de que os caminhoneiros estão se mobilizando para interditar as BRs 158 e 070 em Barra do Garças, em Mato Grosso.

A manifestação deverá ser estendida para as cidades de Água Boa, Nova Xavantina, Ribeirão Cascalheira e Confresa, também no Estado. A região tem uma alta concentração de caminhoneiros por causa da safra de grãos.

"Sabemos que começa amanhã (terça-feira), mas não tem data para acabar", diz China. Ele afirma que os caminhoneiros estão indignados com o aumento dos impostos sobre o óleo diesel, que representou R\$ 0,46 por litro. "Imagina numa viagem longa o que significa esse aumento para o caminhoneiro. Esse aumento foi a gota d'água."

Manutenção

Além do aumento dos impostos sobre os combustíveis, os motoristas também reclamam da redução dos investimentos na melhoria das estradas. Com a delicada situação fiscal do País, o governo fez um corte radical nos investimentos, especialmente da área de infraestrutura.

Dos R\$ 36,1 bilhões previstos na Lei Orçamentária para este ano no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) apenas R\$ 19,7 bilhões estão disponíveis. A redução total, após dois sucessivos bloqueios, chega a 45,4%.

O setor de transportes perdeu R\$ 1,1 bilhão, só no último corte. Para os caminhoneiros, a redução dos investimentos aumenta a insegurança nas estradas, já que a manutenção é reduzida, ou praticamente eliminada por falta de verba. Outra reclamação envolve a segurança pública nas rodovias, que também teria piorado. "Vamos apoiar essa manifestação, não temos como ficar em cima do muro."

Para Padilha, governo só consegue votar reformas até 31 de março

01/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Com a proximidade das eleições de 2018, o ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) diz que o governo só consegue tentar aprovar reformas até o dia 31 de março do ano que vem.

"O que temos que ter no horizonte é que devemos votar o que se trata de reforma, no máximo, no máximo, até 31 de março do ano que vem. Abril do ano que vem em diante, nós não vamos mais conseguir aprovar matérias que exijam quórum qualificado porque a campanha estará na rua", afirmou Padilha à **Folha** (outros trechos da entrevista foram publicados na edição desta segunda-feira (31)).

O governo Michel Temer tem pendente a reforma da Previdência, já pronta para ir ao plenário da Câmara, e a reforma tributária, cuja proposta ainda não foi enviada ao Congresso.

Padilha disse que a reforma tributária não terá a amplitude com que "alguns sonham".

"Não se pode pensar que nós vamos fazer uma reforma tributária com a amplitude que alguns sonham. Nós poderemos fazer uma simplificação tributária. Ainda é possível fazer", afirmou.

A reforma da Previdência já foi aprovada em uma comissão especial, mas ainda não foi a plenário porque, como se trata de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), são necessários votos de 308 dos 513 deputados, número que o governo não havia alcançado nem mesmo antes da crise política provocada pelas delações da JBS.

Segundo o ministro da Casa Civil, a ideia do Planalto é conseguir aprová-la na Câmara e no Senado até o fim de outubro.

Ele disse que o governo trabalha agora para atingir o mesmo patamar de votos que acreditava ter antes de 17 de maio, quando eclodiu o caso da JBS. Aliados de Temer estimavam ter entre 260 e 270 votos naquela época.

"Objetivamente, acabou tendo prejuízo, sim, para este processo da reforma da Previdência", disse o ministro.

"Nós temos que conviver com a realidade e a realidade nos impôs uma suspensão temporária no processo da reforma da Previdência. Agora, a decisão do governo, capitaneado pelo presidente Michel Temer, é de nós retomarmos a reforma da Previdência para chegarmos no patamar do dia 17 de maio", afirmou Padilha.

META

Na entrevista, Padilha disse não haver discussão para se revisar a meta fiscal do governo, hoje de R\$ 139 bilhões. Segundo a colunista Mônica Bergamo, parlamentares já se articulam para apresentar projeto de lei aumentando o rombo em R\$ 30 bilhões.

"O ministro Meirelles [Henrique Meirelles (Fazenda), que é o condutor da política econômica do governo, ele tem, sempre com antecedência, trazido o tema à discussão com o presidente.

Este tema de alteração de meta, por enquanto, não foi debatido pelo ministro Meirelles", afirmou Padilha, que também afirmou não ter notícia "de haver intenção de aumentar outros impostos", além daqueles anunciados na semana passada.

Padilha negou haver atualmente dissonância entre as equipes política e econômica do governo e disse que, apesar de o Planalto não ter candidato à Presidência da República para 2018, Meirelles é um nome "bem recebido pela sociedade brasileira".

"O governo não tem candidato por enquanto. O governo não tem candidato. Mas o nome do ministro Henrique Meirelles é um nome muito bem recebido pela sociedade brasileira. Penso que ele é respeitado, é um quadro altamente qualificado. Ele tem todas as condições que poderão dar a ele a condição de candidato. Mas, por enquanto, o governo não trabalha com nenhuma hipótese de candidatura", disse Eliseu Padilha.

Meirelles analisa mudar meta fiscal em nome da aprovação da reforma da Previdência

01/08/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

Ministro da Fazenda admite que déficit de R\$ 139 bilhões previsto para este ano pode se revisto, apesar da imagem ruim que isso passa ao mercado. Tudo dependerá das negociações com o Congresso

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, está na difícil posição de preservar sua história ou ceder às pressões políticas que partem do Congresso, da população e até

mesmo do presidente Michel Temer e de ministros que querem mais gastos públicos para alegrar seus aliados e bases políticas.

Por enquanto, parece que Meirelles vai cedendo lentamente: a até então intocável meta de déficit primário de R\$ 139 bilhões, cujo cumprimento era defendido pelo ministro como garantia de que sua proposta para a política econômica estava inabalada, agora já pode ser revista.

“Em relação à questão da meta fiscal, estamos analisando o assunto; no momento a meta anunciada será seguida. Mas, de novo, estamos monitorando todos os fatores da economia, a evolução da arrecadação”, afirmou nesta segunda-feira (31), acrescentando que houve uma grande queda na arrecadação de tributos.

Os ataques contra o ministro partem de todos os lados: do Congresso, que quer mais benefícios e gastos de recursos públicos; dos servidores, que não querem perder benefícios; e agora da população, que vê no aumento de impostos sobre os combustíveis uma forma de colocar a conta das ineficiências do governo no bolso do consumidor.

Os desafios de Meirelles são crescentes e o número de críticos a suas ações também. Planejar e cumprir medidas de restrição fiscal e corte de gastos já é difícil mesmo em um ambiente politicamente favorável e fica quase impossível com a popularidade do presidente da República em níveis baixos e com uma denúncia criminal contra ele sendo votada no Congresso.

Em uma situação complicada, os críticos de Meirelles apontam como erros do ministro, além da possibilidade de relaxamento da meta fiscal e do aumento dos impostos, o desgaste com o Congresso sobre a aprovação do Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), uma espécie de novo Refis, que regulariza débitos com a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Após o projeto ser aprovado em comissão especial aumentando os benefícios para quem aderir ao programa de regularização, como ter desconto de até 99% dos juros e multas, Meirelles enfrentou os parlamentares e disse que o dispositivo, caso seja aprovado no plenário com essa previsão, será vetado pelo Poder Executivo.

No começo do ano, o ministro também errou ao projetar um crescimento de 2% do PIB para este ano. Essa projeção foi frustrada: relatório de avaliação de receitas e despesas do governo federal do terceiro bimestre deste ano considera que o PIB deve crescer apenas 0,5%.

Por outro lado, devem ser colocados como méritos de Meirelles e da equipe econômica a aprovação da PEC do teto de gastos e da reforma trabalhista, e a ancoragem dos indicadores macroeconômicos (a inflação voltou ao centro da meta, com o mercado financeiro esperando que fique em 3,40% no final do ano; os juros estão baixando e já voltaram para o patamar de agosto de 2013, devendo cair mais segundo previsão de analistas; e o dólar está comportado, girando em torno de R\$ 3,20).

Com medidas impopulares, Fazenda quer mostrar que reforma é inadiável

Meirelles terá de ser suave na condução de novas medidas de cortes de gastos e aumentos de receitas. Mas, ao escolher adotar essas medidas impopulares, a equipe econômica quer deixar claro que todos esses remédios amargos são necessários por causa de uma doença: o crescimento dos gastos da Previdência.

O ministro ainda conta com a aprovação da reforma da Previdência neste ano e a mensagem de que a situação é grave é colocada para evitar que segmentos da sociedade se acomodem e que se relaxe a percepção da urgência da reforma. “A perspectiva é de aprovação da reforma da Previdência dentro de seus itens mais importantes”, disse.

No mercado financeiro e no setor produtivo, Meirelles ainda é visto como uma "marca", uma "grife" que concede ao governo de Michel Temer a aparência de responsabilidade fiscal. Porém, a preservação dessa imagem não ajuda a manter Temer na Presidência da República.

A confiança que é depositada sobre Meirelles não se transfere para Temer e há quem defenda que o problema do ministro da Fazenda é estar em um governo Temer.

Meirelles crê em aprovação da reforma da Previdência com itens mais importantes

01/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que há a expectativa de aprovação dos itens mais importantes da reforma da Previdência e que eventuais perdas fiscais em relação à economia esperada com as mudanças originais serão compensadas. "A perspectiva é de aprovação da reforma da Previdência dentro de seus itens mais importantes. O presidente da Câmara dos Deputados (Rodrigo Maia) está empenhado nessa aprovação", afirmou.

De acordo com o ministro, a expectativa é de que o modelo aprovado traga ganhos fiscais no patamar que a equipe econômica julga aceitável. "Só pensaremos em medidas compensatórias caso o benefício fiscal da reforma seja menor do que o necessário. Não acreditamos no momento que será necessária medida compensatória, se for, apresentaremos no momento certo", acrescentou.

Receitas

O ministro disse ainda que não há planos para compensar a perda de cerca de R\$ 500 milhões com a correção da alíquota de PIS/Cofins sobre o etanol e que receitas extraordinárias poderão compensar essa perda. Ele afirmou que a equipe econômica trabalha com receitas, como a antecipação da outorga do Galeão e a concessão da raspadinha da Caixa, e está trabalhando "fortemente" para avançar na privatização da Caixa Seguridades e do IRB. "Acreditamos que possa haver recuperação grande da arrecadação", acrescentou.

O governo monitora ainda a aprovação de projetos que poderão render uma maior arrecadação, entre eles o da reoneração da folha e do novo Refis. Meirelles afirmou que a previsão é que o Refis seja aprovado "tal qual" enviado pelo governo, sem as modificações feitas pelo relator Newton Cardoso (PMDB-MG) que deixaram as condições muito mais vantajosas para os devedores e derrubaram a previsão de arrecadação de R\$ 13 bilhões para cerca de R\$ 400 milhões.

"Certamente, a base aliada do governo está engajada em não aprovar relatório do Refis. Incentivamos as empresas a aderir ao Refis no mês de agosto porque é quando termina o prazo", acrescentou.

O ministro atribuiu parte da queda nas receitas às mudanças feitas no projeto de Refis na tramitação no Congresso Nacional. Para Meirelles, empresas deixaram de recolher impostos na expectativa de que teriam "uma série de Refis". "Não terão outras medidas tão generosas como o projeto", afirmou.

Setor elétrico: MME confirma prorrogação de consulta pública sobre marco até 17/8

01/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

O Ministério de Minas e Energia (MME) prorrogou por mais doze dias a Consulta Pública nº 33, sobre aprimoramento do marco legal do setor elétrico. Na semana passada, a

informação já circulava entre os agentes do setor, mas falava-se em 10 dias. O encerramento estava previsto para 5 de agosto e o Ministério oficializou a extensão até o dia 17.

“O objetivo da prorrogação é possibilitar maior envio de contribuições e ampliar tempo de análise das propostas pela sociedade”, justificou o MME. De fato, especialistas e representantes de associações setoriais já vinham criticando o pouco tempo dado pelo governo para o recebimento de contribuições, tendo em vista que a proposta apresentada pelo governo possui cerca de 55 páginas e versa sobre vários aspectos do modelo atual, alguns deles bastante técnicos e com sugestões que alteram significativamente a operação do setor.

Em nota, o ministério destaca que a consulta, aberta no último dia 5 de julho, “marca uma etapa importante para orientar o MME na elaboração de propostas específicas capazes de instrumentalizar os conceitos em medidas efetivas de modernização e racionalização econômica do setor elétrico”.

Consumo de energia elétrica no Brasil sobe 1,1% em junho, diz EPE

01/08/2017 – Fonte: Reuters

O consumo de energia elétrica no Brasil subiu 1,1 por cento em junho na comparação com o igual período do ano passado, totalizando 37.816 GWh, informou nesta segunda-feira a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), acrescentando que no acumulado em 12 meses o consumo nacional se manteve estável.

De todas as regiões do país, apenas o Nordeste apresentou queda no consumo em junho, de 1,6 por cento, segundo o EPE. No Centro-Oeste, houve alta de 4,2 por cento; no Sul, de 1,6 por cento; no Norte, de 2,3 por cento, e de 1,1 por cento no Sudeste.

No mercado cativo, houve redução 5,2 por cento no consumo em junho e de 5,9 por cento em 12 meses. No mercado livre, por sua vez, houve aumento de 18 por cento no mês e de 17,7 por cento em 12 meses

EPE e ONS reduzem projeção de carga de energia para 2017

01/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) revisaram para baixo as projeções de carga de energia no Sistema Interligado Nacional (SIN) para este ano e passaram a prever um crescimento de 1,6% em 2017, abaixo dos 2,2% inicialmente previstos e dos 2,7% que passaram a ser projetados na primeira revisão quadrimestral, realizada em maio.

O gerente de Previsão e Acompanhamento da Carga do ONS, Fausto Pinheiro Menezes, comentou que o resultado da carga ao longo dos últimos meses não está sendo observado como se previa, o que obrigou as entidades a fazer uma “correção de rumo”.

“(Em maio) tínhamos dado um passo à frente, e agora tivemos que dar um passo corretivo, porque está mais lento do que estava projetado”, comentou, durante apresentação em encontro promovido para discutir a 2ª Revisão Quadrimestral das Previsões de Carga para o Planejamento Anual da Operação Energética – ciclo 2017/2021.

Já as projeções de carga para 2018 e 2019 foram elevadas em 0,4 ponto percentual (p.p.), para 3,5% e 3,6%, respectivamente, enquanto para 2020 a alta foi de 0,2 p.p., para 3,8%, e 2021 teve uma redução em 0,7 p.p., para 3,8%.

A EPE destacou que os sinais de recuperação da economia ainda não são muito nítidos e, embora o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre de 2017 tenha sido positivo, foi muito concentrado no setor agropecuário. Isso levou a entidade a revisar a evolução setorial para este ano, passando a contar com um maior crescimento do agronegócio e reduzindo as taxas da indústria e dos serviços.

O superintendente de estudos econômicos-energéticos da EPE, Jeferson Borghetti Soares, acrescentou, porém, que para 2018 a previsão é de um aumento gradual de setores eletrointensivos, como o siderúrgico e de alumínio. Além disso, se espera uma retomada maior do setor comercial para o ano que vem.

Considerando o consumo de energia propriamente dito (já que no cálculo da carga estão incluídas as perdas), a EPE trabalha com uma projeção de crescimento de 0,8% em 2017 e 3,4% em 2018. Na média para o ciclo 2017-2021, o consumo brasileiro deve crescer 3,1% ao ano.

Serasa: maioria do setor atacadista espera crescimento real em 2017

01/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

A maioria dos participantes do comércio atacadista projeta crescimento em 2017 acima da inflação em termos reais, aponta pesquisa realizada pela Serasa Experian. Conforme o levantamento, 29% avaliam que o desempenho do negócio deve ser até 5% superior em relação à inflação. Outros 25% projetam crescimento real entre 5% e 10%, enquanto 13% esperam registrar ganhos reais acima de 10% no ano. Por outro lado, 26% dos empresários consultados esperam que o resultado acompanhe a inflação, com crescimento real de 0%, e os demais 6% esperam queda real.

A entidade aponta que, diante de sinais de recuperação da economia e queda da inflação, a perspectiva de curto prazo é otimista entre participantes do setor. “A queda estrutural da inflação beneficia a capacidade de consumo da base da pirâmide social, sendo a população de baixa renda a grande consumidora dos postos de venda abastecidos pelo atacado”, explica, em nota, o vice-presidente de Pessoa Jurídica da Serasa Experian, Victor Loyola.

Investimento

A expectativa de crescimento acima da inflação pela maioria dos consultados, entretanto, não se reflete nos planos de investimentos, indica a Serasa Experian. Mais da metade (51%) relata que a previsão é de investimentos apenas para preservação da operação, sem foco em expansão. Já outros 27% pretendem expandir os negócios; 11% vão destinar capital à modernização da empresa; e 1% projeta outros investimentos. A parcela de entrevistados que não farão nenhum aporte no negócio corresponde a 10% do total.

“Isso acontece porque os atacadistas operaram com capacidade ociosa nos últimos anos, o que justifica a não necessidade de novos investimentos para expansão neste momento, mesmo frente a uma demanda maior”, ressalta Loyola, na nota. Para a elaboração da pesquisa, a Serasa Experian consultou 177 gestores de empresas do setor atacadista.

Mercado vê Selic abaixo de 8% em 2017. Como investir neste cenário?

01/08/2017 – Fonte: Gazeta do Povo

É preciso reduzir custos, diversificar e arriscar um pouco mais para garantir um bom retorno. Fundos com taxas de 0,2% ao ano, títulos do Tesouro e ações estão entre as recomendações



Já sob a influência da última decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, quando a Selic caiu para 9,25% ao ano, os economistas do mercado financeiro mantiveram suas expectativas de que a taxa básica de juros atingirá 8% ao ano até o fim de 2017, segundo consta no Boletim Focus desta segunda-feira (31).

O levantamento indicou ainda que a mediana das projeções dos economistas para a Selic no fim de 2018 passou de 8% para 7,75% ao ano — há um mês essa projeção estava em 8,25%.

Este cenário somado ao da inflação baixa — a projeção para o acumulado em 2017, já com influência da alta dos preços dos combustíveis provocada pela elevação do PIS/Cofins, é de um IPCA de 3,33% — muda bastante a lógica de investimentos no país. É preciso, primeiro, reduzir custos e, segundo, diversificar e arriscar um pouco mais para garantir um bom retorno.

Com a nova taxa Selic a 9,25% ao ano, as contas da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) mostram que a poupança ganha dos fundos de renda fixa que utilizam sobretudo títulos públicos em sua composição, em qualquer cenário, se o resgate for feito em até seis meses. E esse cenário vantajoso para a boa e velha caderneta deve continuar até que a Selic atinja os 8,5% ao ano e passe a render menos, 70% da taxa básica de juros + TR.

A comparação acima, porém, não tem como objetivo incentivar investimentos na poupança, e sim chamar a atenção dos investidores para a questão dos custos, mais precisamente, para a taxa de administração dos fundos de renda fixa. “Se há alguns meses uma taxa de administração compensava, porque mesmo descontando 3%, 4%, o ganho final da aplicação era de 12%, 14%, agora o cenário é diferente. Qualquer coisa maior que 1% de taxa de administração precisa ser revisto”, afirma o especialista em finanças e blogueiro da Gazeta do Povo, Teco Medina.

Ele e a planejadora financeira Luciana Seabre, responsável pelo relatório de fundos de investimentos da Empiriucs, participaram do 10.º podcast de Vida Financeira nesta semana e falaram sobre como investir nesse cenário de Selic em queda e inflação baixa.

Complementando a observação de Medina, Luciana lembra que na última vez em que a Selic caiu a 9,25%, em julho de 2009, dos 83 fundos DI que já existiam na época, 63 deles perderam para a poupança. “Os outros ganharam, porque tinha uma combinação de taxa de administração não tão alta e tinham [na sua composição] crédito privado [não apenas títulos públicos]”.

A solução, diz Luciana, é deixar aquela reserva emergencial, que deve ser de três a doze meses de renda, estão investidos sempre no Tesouro Direto ou em um fundo DI com taxa de 0,2% ao ano. Algumas das plataformas de varejo independentes mais conhecidas no mercado hoje já oferecem fundos com uma taxa assim, diferentemente dos bancos.

Na persistência desse cenário de queda da Selic, Luciana também voltou ao passado para ver o comportamento dos fundos quando a taxa caiu para baixo dos 8% ao ano, o que aconteceu em junho de 2013. “Quando isso aconteceu, 100% dos fundos DI que existiam na época e existem hoje perderam para a poupança”.

Então mesmo quando a Selic cair mais em 2017, o que alguns analistas estimam que vá acontecer entre outubro e novembro, a dica do Tesouro e dos fundos com baixas taxas de administração continua valendo.

Se o primeiro passo para rever os investimentos neste momento é baixar custos, o segundo é buscar melhores investimentos. Além dos fundos de renda fixa com custo de 0,2%, Teco e Luciana também sugeriram os títulos pré-fixados do Tesouro Direto de prazo mais curto e os fundos do multimercado, estes últimos com a ajuda de um bom gestor e como sugestão para aquele investidor que quer passar de um perfil conversador para um pouco mais arrojado.

Ata do Copom

01/08/2017 – Fonte: Tribuna PR

A ata do último encontro do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), divulgada na manhã desta terça-feira, dia 1º, indicou que a projeção para o IPCA de 2017 no cenário de mercado está em 3,6%. Já a projeção para 2018 é de 4,3%.

Estes são os mesmos valores citados no comunicado que acompanhou a decisão do colegiado, na semana passada. Na ata anterior, de junho, a projeção para 2017 era de 4,0% e para 2018 de 4,6%.

As projeções do cenário de mercado levam em conta taxas de juros e câmbio variáveis, apuradas pela pesquisa Focus do BC. Nos últimos meses, a instituição tem dado maior ênfase justamente às projeções do cenário de mercado. Na visão do BC, o cenário de referência, que utiliza juros e câmbio fixos, teria perdido relevância porque o ciclo atual é de queda de juros. Na ata divulgada nesta terça, assim como nas anteriores, o BC não informou as projeções no cenário de referência.

No caso do cenário de mercado, as projeções indicam que o BC caminha para o cumprimento da meta de inflação projetada para este e o próximo ano. O centro da meta para cada um dos anos é de 4,5%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual (inflação entre 3,0% e 6,0%).

No Relatório de Mercado Focus publicado nesta segunda-feira, 31, as instituições financeiras projetaram inflação de 3,40% em 2017 e de 4,20% em 2018.

Na semana passada, ao reduzir a Selic em 1 ponto percentual, de 10,25% para 9,25% ao ano, o BC indicou que “a manutenção das condições econômicas, até este momento, a despeito do aumento de incerteza quanto ao ritmo de implementação de reformas e ajustes na economia, permitiu a manutenção do ritmo de flexibilização”.

A instituição afirmou ainda que, para o encontro de setembro, a manutenção do ritmo “dependerá da permanência das condições descritas no cenário básico do Copom e das estimativas da extensão do ciclo”.

Reformas

O Banco Central fez uma forte defesa das reformas estruturais na ata. Apesar de reconhecer aumento das incertezas sobre essa agenda, os membros do colegiado defendem que essa mudança melhorará as condições fiscais e do mercado de crédito. “São fundamentais para a sustentabilidade da desinflação, para o funcionamento pleno da política monetária e para a redução da taxa de juros estrutural da economia”, cita o documento.

Assim como no comunicado da reunião realizada na semana passada, os diretores do BC reconhecem que houve aumento da incerteza relacionada à agenda de reformas. Em meio a esse cenário, o documento diz que “todos os membros do Comitê voltaram

a enfatizar que a aprovação e implementação das reformas”. O documento cita “notadamente as de natureza fiscal e creditícia”.

Na agenda de reformas do governo, a reforma da Previdência gerará forte impacto no resultado fiscal com melhoria da trajetória das contas públicas no longo prazo. Já a recente mudança da Taxa de Longo Prazo (TLP) – em substituição à Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) – é considerada uma importante mudança no mercado de crédito pela equipe econômica. Apesar da menção ao impacto fiscal e do mercado de crédito, a reforma da Previdência e a TLP não são nominalmente mencionadas pela ata.

Além dessas reformas mais profundas, o documento também defende no parágrafo 27 a importância de outras reformas e cita como exemplo a recente aprovação da reforma trabalhista. O trecho também menciona a importância dos investimentos em infraestrutura que geram aumento de produtividade, ganhos de eficiência, maior flexibilidade da economia e melhoria do ambiente de negócios. “Esses esforços são fundamentais para a estabilização e a retomada da atividade econômica e da trajetória de desenvolvimento da economia brasileira”, menciona o documento.

Desinflação é difundida inclusive nos componentes de serviços, diz ata do Copom

01/08/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os membros do Comitê de Política Monetária (Copom) retomaram na ata de seu último encontro, a ideia de que o comportamento dos preços segue favorável, com desinflação difundida inclusive nos itens da área de serviços, qualificados no documento como os “componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária”.

Ao mesmo tempo, o colegiado repetiu a avaliação, contida no comunicado publicado na quarta-feira passada, logo após a reunião, de que, “até o momento, os efeitos de curto prazo do aumento de incerteza quanto ao ritmo de implementação de reformas e ajustes na economia não se mostram inflacionários nem desinflacionários”.

O BC reconheceu, nos últimos meses, que a crise política, desencadeada por delações de executivos da JBS que atingem o presidente Michel Temer, aumentou a incerteza em relação ao andamento das reformas no Congresso – em especial, a da Previdência. No entanto, a instituição vinha alertando que o aumento da incerteza poderia ter efeitos de curto prazo inflacionários ou desinflacionários.

Na ata divulgada nesta terça-feira, dia 1º, o BC indica que, até o momento, não há predominância de nenhum destes efeitos.

Cenário internacional

Os membros do Copom citaram, na ata de seu último encontro, “a evolução favorável recente da economia global, sem que isso venha pressionando as condições financeiras nas economias avançadas”.

De acordo com o colegiado, permanecem no cenário riscos associados ao processo de normalização da política monetária em economias centrais e aos rumos da economia chinesa, “com possíveis impactos sobre o apetite ao risco por ativos de economias emergentes”.

Apesar dos riscos descritos pelo Copom ao abordar o ambiente global, os membros do colegiado retomaram uma ideia contida em documentos anteriores: a de que “a economia brasileira apresenta hoje maior capacidade de absorver eventual revés no cenário internacional, devido à sua situação mais robusta de balanço de pagamentos e ao progresso no processo desinflacionário e na ancoragem das expectativas”.

O Copom diz ainda que o fato de a atividade global estar se recuperando gradualmente sem pressionar as economias avançadas “contribui para manter o apetite ao risco em relação a economias emergentes”. “Além disso, houve arrefecimento na possibilidade de mudanças de política econômica em alguns países centrais”, acrescentou o colegiado.

Recuperação gradual

O BC avaliou, na ata, que o conjunto dos indicadores de atividade econômica permanece compatível com estabilização da economia brasileira no curto prazo e recuperação gradual. O BC não fala mais, porém, numa recuperação gradual ao longo do ano, como na ata de junho passado.

No documento agora divulgado, o BC avalia que o recente aumento da incerteza quanto ao ritmo de implementação de reformas e ajustes na economia impactou negativamente índices de confiança dos agentes econômicos. Segundo o Banco Central, a informação disponível sugere que o impacto dessa queda de confiança na atividade tem sido, até o momento, limitado.

A economia segue operando com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego, avaliou o Copom.

Reformas são fundamentais para estabilização e retomada da atividade, diz ata

01/08/2017 – Fonte: Isto É

A incerteza sobre o ritmo das reformas parece ser o principal risco em torno do cenário básico para a inflação. A avaliação consta da mais recente ata do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada na manhã desta terça-feira, dia 1º, pelo Banco Central. “A incerteza sobre a velocidade do processo de reformas e ajustes na economia principalmente das fiscais e creditícias permanece como fator de risco principal”, cita o documento.

A ata do BC não menciona, mas, na agenda de reformas do governo, a da Previdência gerará forte impacto no resultado fiscal com melhoria das contas públicas no longo prazo. Já a mudança da Taxa de Longo Prazo (TLP) – em substituição à Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP) – é considerada uma importante mudança no mercado de crédito, o que melhoraria a potência da política monetária. Apesar disso, a reforma da Previdência tem patinado no Congresso e a TLP tem sido alvo de críticas dentro do próprio governo.

Ainda sobre os riscos, o Copom cita que o quadro externo continua favorável no momento, mas permanecem riscos sobre o processo de normalização da política monetária nos Estados Unidos, mudanças da política econômica em grandes economias e, nesse ambiente, a possível redução do apetite ao risco por ativos de mercados emergentes.

O BC também repete a avaliação de que a retomada da economia pode “ser mais ou menos demorada e gradual do que a antecipada”. Para o grupo, o processo de estabilização da economia brasileira parece ter se consolidado. “Avaliaram também que, apesar de uma recuperação gradual ser o mais provável, o ritmo de retomada da atividade econômica ainda permanece incerto”, cita o documento.

Risco de desinflação

O Copom comenta ainda sobre um risco que pressiona a inflação ainda mais para baixo. No parágrafo 11, os membros do BC citam que acentuada desinflação dos preços de alimentos e de preços industriais “pode ter efeitos secundários isto é, além do impacto direto na inflação”.

“Notadamente, essa desinflação pode contribuir para quedas adicionais das expectativas de inflação e da inflação em outros setores da economia”, cita o trecho dentro do item “riscos em torno do cenário básico para a inflação”.

Governo pede mais tempo para sanar dúvidas sobre imposto de importação de etanol

01/08/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

A decisão a respeito da cobrança de imposto sobre a importação em etanol ainda não foi tomada porque o Ministério do Planejamento pediu prazo para esclarecer algumas dúvidas sobre o projeto, disse nesta segunda-feira, 31, o deputado federal Alexandre Blady (Podemos-GO). O parlamentar não disse quais pontos suscitaram questionamentos.

O conselho da Câmara de Comércio Exterior (Camex) retirou no dia 25 o assunto de pauta para discussão. Um manifesto divulgado por 21 entidades da indústria de etanol e de cana-de-açúcar defende que o governo federal fixe em 17% o imposto de importação do biocombustível, hoje zerado. A medida visa a proteger o setor produtivo nacional e fazer frente à escalada de importação do combustível dos Estados Unidos.

Com aumento de impostos, gasolina tem alta recorde no país, diz ANP

01/08/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Preço da gasolina teve maior alta semanal desde 2004

Com o repasse do aumento de impostos sobre os combustíveis, a gasolina teve na semana passada a maior alta desde que a ANP (Agência Nacional do Petróleo) passou a fazer o levantamento semanal de preços, em 2004.

Segundo a ANP, a gasolina subiu, em média no país, 8,22%. O maior aumento verificado pela pesquisa semanal da agência havia sido de 7,85%, na semana encerrada em 17 de setembro de 2005.

Naquela ocasião, os postos repassavam reajuste de 10% promovido pela Petrobras no valor de venda do combustível em suas refinarias. Agora, o vilão foi o aumento das alíquotas de PIS/Cofins anunciado pelo governo no dia 20 para reforçar o caixa.

O litro da gasolina terminou a semana vendido a R\$ 3,749 nos postos brasileiros. O aumento com relação à semana anterior foi de R\$ 0,285, ainda abaixo da alíquota extra de R\$ 0,41 estabelecida pelo governo.

O presidente do Sincopetro (Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de São Paulo), José Alberto Paiva Gouveia, acredita, porém, que não haverá novo aumento significativo nesta semana.

"O mercado está muito competitivo e alguns revendedores podem ter optado por segurar um pouco o repasse."

Em São Paulo, a alta da gasolina foi maior do que a média nacional, de 8,62% (ou R\$ 0,279 por litro), para R\$ 3,513.

De acordo com a pesquisa da ANP, os preços do etanol hidratado e do óleo diesel também tiveram alta expressiva, de 8,86% e 5,05%, respectivamente.

No caso do etanol, foi a segunda maior da série histórica da pesquisa de preços da agência, menor apenas do que os 8,98% verificados na semana encerrada em 10 de outubro de 2015.

Para o diesel, foi a quarta maior alta semanal. A maior delas, de 10,24%, foi registrada na semana de 17 de setembro de 2015, também em decorrência de reajuste promovido pela Petrobras.

Na média nacional, o etanol foi vendido na semana passada a R\$ 2,592 por litro, R\$ 0,211 acima da anterior. Já o diesel custou R\$ 3,056 por litro, alta de R\$ 0,147.

Nesses casos, o aumento de impostos anunciado foi de R\$ 0,32 e R\$ 0,21, respectivamente. Na semana passada, o governo recuou e baixou a alíquota extra do etanol para R\$ 0,24, para se adequar a legislação que impõe limites à tributação sobre o combustível.

PETROBRAS

Nesta segunda, a Petrobras anunciou reajuste nos preços da gasolina e do diesel, em 0,8% e 1,7%, respectivamente, a partir desta terça (1º). É o quinto aumento consecutivo no preço da gasolina desde 26 de julho. O combustível acumulou uma alta de 7,1% no período.

Cobre opera em baixa, após sequência positiva

01/08/2017 – Fonte: Isto É Dinheiro

O cobre recua na manhã desta terça-feira, depois de bater na sessão anterior o maior patamar em dois anos. Em julho, o contrato do metal registrou o melhor mês desde janeiro, o que abriu espaço para a realização de lucros.

Às 7h15 (de Brasília), o cobre para três meses caía 0,44%, a US\$ 6.345 a tonelada, na London Metal Exchange (LME). Às 7h47, o cobre para setembro recuava 0,54%, a US\$ 2,8760 a libra-peso, na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex).

O recuo do cobre ocorre em um cenário de leves baixas em todos os metais básicos, com baixos volumes negociados. Operadores parecem consolidar posições após as máximas em dois anos, segundo Vivienne Lloyd, analista da Macquarie.

Os preços em Londres encontraram um patamar de resistência abaixo das máximas registradas em maio de 2015, em entre US\$ 6.460 e US\$ 6.480 a tonelada, segundo Alastair Munro, corretora da Marex Spectron.

O movimento de hoje tirou fôlego do impulso da última semana, gerado por uma combinação da alta das projeções de crescimento para a China do Fundo Monetário Internacional (FMI), da potencial redução nas importações de cobre pelo governo chinês e também da especulação de alguns investidores.

A pausa ocorre também após um gerente da Jiangxi Copper, segunda maior fundição da China em capacidade, dizer a investidores que os movimentos nos preços não são ligados aos fundamentos nem são sustentáveis, segundo a Investec.

Em nota na segunda-feira, o Commerzbank afirmou que dados mostravam que os ganhos na semana passada eram fruto sobretudo da especulação, não dos fundamentos do mercado.

Mesmo o índice dos gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) da indústria da China, que subiu de 50,4 em junho para 51,1 em julho, no maior nível em quatro meses segundo a IHS Markit, não impulsiona os preços. O Commerzbank qualificou o dado como "surpreendente bom" para julho.

Entre outros metais básicos negociados na LME, o zinco caía 0,84%, a US\$ 2.776,50 a tonelada, o alumínio recuava 0,52%, a US\$ 1.908 a tonelada, o estanho tinha baixa de 0,77%, a US\$ 20.565 a tonelada, o níquel tinha queda de 0,64%, a US\$ 10.155 a tonelada, e o chumbo caía 0,82%, a US\$ 2.312 a tonelada.

Cade aprova sem restrições aquisição da CSA pela Ternium

01/08/2017 – Fonte: Reuters

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou sem restrições a aquisição da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) pela Ternium, segundo despacho da superintendência-geral da autarquia publicado no Diário Oficial da União desta terça-feira.

Pelo acordo, anunciado em 21 de fevereiro, a Ternium comprou 100 por cento de participação do grupo alemão Thyssenkrupp na CSA em uma transação avaliada em 1,5 bilhão de euros.

Em 9 de junho, o Cade aceitou pedido de intervenção da CSN como terceira interessada na operação, que segundo a siderúrgica de Volta Redonda (RJ) poderia gerar graves riscos à concorrência.

Para o órgão antitruste, contudo, o negócio não incentiva a prática de condutas anticompetitivas. "Em verdade, sob a ótica da produção, as placas de aço carbono da CSA não têm representatividade tão elevada na dinâmica do mercado brasileiro", destaca parecer técnico divulgado no site do Cade.

O documento cita, ainda, que as "empresas já atuantes no mercado têm capacidade de absorver eventuais desvios de demanda".

Sem Volkswagen, Keiper reduz produção no Brasil

01/08/2017 – Fonte: Automotive Business

Apesar de ter perdido um de seus maiores clientes, a **Keiper**, do Grupo Prevent, continua ativa e produzindo suas estruturas para bancos no Brasil. A empresa ficou conhecida por seguidos desentendimentos sobre reajuste de preços com a **Volkswagen**, que resultaram em mais de 120 dias de interrupções de produção nas fábricas da montadora e culminaram com o fim do contrato de fornecimento.

Como consequência da disputa, a fabricante de autopeças fechou sua unidade de Mauá (SP) e reduziu o quadro de 1,6 mil para 650 funcionários no País, mas, de acordo com a comunicação da companhia, deixou de atender somente a Volkswagen.

Ainda segundo a Keiper, o maquinário de Mauá foi transferindo para Araçariguama (SP). Entre os clientes atuais citados pela empresa estão a Iveco, a Kanjiko (fornecedora da Toyota) e até a MAN Latin America, que produz os caminhões VW.

Além das estruturas para bancos, de acordo com o Grupo Prevent seu parque industrial no Brasil tem capacidade para atender fabricantes de eletrodomésticos e empresas ligadas à construção civil e ao setor de saúde, por exemplo.

Cummins fornece à Jacto motor de nova adubadora

01/08/2017 – Fonte: Automotive Business

A **Cummins** fecha mais um contrato de fornecimento com a Jacto, fabricante de máquinas e equipamentos com quem mantém parceria há 15 anos completos em 2017.

A recém lançada adubadora Uniport 5030 NPK recebe o **motor** QSB 6.7 MAR I, que desenvolve 243 cv de potência, o mesmo utilizado em outras máquinas e equipamentos da marca.

“Atualmente, a Cummins Brasil detém o maior número de aplicações nos modelos da família Uniport, de pulverizadores e adubadoras. Esta longa parceria se deve ao comprometimento de ambas as empresas com seus clientes e usuários finais, direcionando seus esforços para produzir equipamentos extremamente eficientes para o mercado brasileiro”, destaca o especialista de vendas para a divisão fora de estrada da Cummins, Tiago Batschauer.

Para homenagear a parceria de 15 anos com o cliente, a Cummins entregou à Jacto uma placa comemorativa.

O encontro contou com a participação de Neuraci Carvalho, diretora da unidade de motores para América Latina, Antonio Almeida e Michel Rojo de Andrade, gerente de vendas da Jacto, Fernando Gonçalves, presidente da divisão agrícola da Jacto e Shiro Nishimura, vice-presidente da Fundação Shunji Nishimura de Tecnologia.

“É um momento de celebração e, sobretudo, de agradecer todo o esforço empreendido para atender nossas demandas. Isso só vem demonstrar a seriedade do trabalho e a compreensão da importância da parceria”, afirmou Gonçalves.

Nissan faz recall de 145,9 mil veículos no Brasil

01/08/2017 – Fonte: Automotive Business



Os airbags defeituosos produzidos pela Takata motivaram mais um grande recall no Brasil. A Nissan está convocando 145,9 mil proprietários de veículos dos modelos Tiida, Tiida sedã, Livina, Livina X-Gear, Grand Livina e Frontier.

Os carros envolvidos foram fabricados a partir de março de 2007 até abril de 2014. Parte da convocação servirá para a troca do gerador de gases da bolsa inflável do motorista, parte para o gerador da bolsa do passageiro e 51,2 mil veículos terão os dois geradores de gases trocados.

A substituição do item para o airbag do motorista começa em 1º de agosto. A troca do componente para o passageiro terá início em 23 de outubro para Tiida e Tiida sedã e em 11 de dezembro para a picape Frontier.

Como se sabe, em caso de colisão frontal com deflagração das bolsas, a ativação do gerador de gases do airbag do motorista ou do passageiro dianteiro pode resultar em projeção de fragmentos metálicos no interior do veículo.

Há possibilidade de danos materiais e lesões físicas graves ou até fatais aos ocupantes do veículo.

O problema envolve a substituição de mais de 100 milhões de componentes em todo o mundo, de diferentes montadoras, e levou a Takata a entrar com pedido de recuperação judicial em junho.

A Nissan informa que está trabalhando com a Takata para obter as peças a ser substituídas no menor prazo possível. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 0800 011 1090 ou no site www.nissan.com.br.

Veja abaixo os carros envolvidos neste recall da Nissan:

Substituição do Gerador de Gases do Airbag - Motorista				
Modelo	Intervalo de chassi	Fabricação	Unidades convocadas	Pais de origem
Tiida	3N1BC1AD0DK191329 a 3N1BC1CDXDK203158 não sequenciais	Jan/2012 a Out/2012	6.820	México
Tiida Sedan			724	
Livina	94DTBAL10D1186650 a 94DTBAL10E1948551 não sequenciais	Jan/2012 a Out/2014	13.040	Brasil
Grand Livina			6.682	
Livina X-Gear			9.403	
Frontier	94DVCGD40D1186553 a 94DVUD40F3676125 não sequenciais	Jan/2012 a Out/2014	43.709	Brasil

Substituição do Gerador de Gases do Airbag - Passageiro Dianteiro				
Modelo	Intervalo de chassi	Fabricação	Unidades convocadas	Pais de origem
Tiida	3N1BC13D08K190006 a 3N1BC1CDXDK203158 não sequenciais	Mai/2007 a Out/2012	33.431	México
Tiida Sedan		Ago/2011 a Jul/2012	1.982	
Frontier	94DVCGD4093030320 a 94DVUD40F3676125 não sequenciais	Dez/2007 a Out/2014	76.508	Brasil
Frontier	MNTVCUD4086000001 a MNTVCUD4096005339 não sequenciais	Mar/2007 a Dez/2008	4.856	Tailândia

Data de início de reparo		
Modelo	Gerador de gases do Airbag Motorista	Gerador de gases do Airbag Passageiro Dianteiro
Tiida	01 / agosto / 2017	23 / outubro / 2017
Tiida Sedan		
Livina	01 / agosto / 2017	Não afetado
Grand Livina		
Livina X-Gear		
Frontier	01 / agosto / 2017	11 / dezembro / 2017

Lear terá nova fábrica de chicotes elétricos na Argentina

01/08/2017 – Fonte: Automotive Business



A Lear anunciou investimento de US\$ 16 milhões para instalar uma nova fábrica na Argentina, que será sua quarta planta no país. A nova unidade será localizada no parque industrial de San Francisco, na província de Córdoba, para a produção de chicotes elétricos. Segundo a empresa, o novo empreendimento deverá gerar 600 novos postos de trabalho.

Com isto, a Lear abastecerá o novo Fiat Argo versão sedã (Projeto X6S), que será fabricado na linha que amontadora mantém em Ferreyra, também na região de Córdoba e onde a Lear já possui fábrica de assentos automotivos. As outras duas

plantas ficam em Escobar (assentos automotivos) e Pacheco (chicotes elétricos), ambas próximas da capital Buenos Aires.

“As principais montadoras do mundo estão investindo em novos modelos na Argentina, isto significa que há um potencial para o desenvolvimento das empresas de autopeças para os próximos 10 anos e impacta em diferentes setores da cadeia, tais como aço, alumínio, tinta, borracha. Teremos fornecedores de classe mundial”, afirma o ministro da Indústria na Argentina, Martín Etchegoyen.

Para ministro da Produção, Francisco Cabrera, o anúncio reforça o planejamento estratégico de médio prazo que o governo firmou com o setor automotivo: “Demonstra que estamos no caminho certo, impulsionando a indústria com medidas que favorecem o emprego, reforçando nosso acordo para chegar à produção de 1 milhão de veículos em 2023 com maior integração de pequenas e médias empresas locais”.

O acordo divulgado em março prevê alavancar a indústria automotiva local, o que inclui o investimento de US\$ 5 milhões nos próximos dois anos.

Magneti Marelli passa a fornecer partida a frio à Mitsubishi

01/08/2017 – Fonte: Automotive Business

A Magneti Marelli passa a fornecer seu sistema de partida a frio sem tanquinho chamado ECS, do inglês Ethanol Cold System, também para o Mitsubishi ASX 2018. O sistema é composto por galeria de combustível, bicos injetores, unidade de controle de aquecimento e dois pré-aquecedores de combustível.

O ECS também é fornecido pela Magneti Marelli para o Chery QQ e está em todos os carros flex produzidos pela FCA Fiat Chrysler. Os engenheiros desenvolveram um equipamento capaz de permitir partidas a baixas temperaturas, até 8 graus Célsius negativos, mesmo quando o veículo está abastecido somente com etanol.

Além de garantir maior eficiência na partida a frio, o ECS reduz a emissão de poluentes e colabora com o atendimento aos novos requisitos de controle ambiental. Outra característica importante é a redução no consumo de energia da bateria, sempre mais crítico em baixas temperaturas.

A tecnologia desenvolvida pela Magneti Marelli apresenta um consumo abaixo de 0,5% da capacidade total da bateria nas condições mais extremas. Nas próximas semanas, o Mitsubishi Lancer, sedã que utiliza motor semelhante ao do ASX, também deve receber o sistema de partida a frio ECS.